



Eixo Temático: Educação Ambiental, em Saúde, Sustentabilidade e justiça socioambiental

A CONSCIÊNCIA QUE SE PERDEU: Educação Ambiental, Crise Epistemológica e a Necessidade de Ruptura no Pensamento Contemporâneo.

THE LOST CONSCIOUSNESS: Environmental Education, Epistemological Crisis, and the Need for Rupture in Contemporary Thought.

Wilian Lopes Rodrigues¹
Daniel Rubens Cenci²

RESUMO

A crise climática que marca o tempo presente não se configura apenas como expressão de um desequilíbrio ecológico, mas como manifestação de um esgotamento mais profundo: o das formas de conhecer que sustentaram a separação entre sujeito e natureza. Nesse cenário, a educação ambiental, frequentemente circunscrita a práticas informativas e normativas, revela-se incapaz de produzir deslocamentos significativos na consciência coletiva. Nesse contexto, a pesquisa busca responder de que maneira os fundamentos epistemológicos que estruturam a educação ambiental contemporânea limitam a formação de uma consciência ambiental apta a responder à crise. O objetivo consiste em analisar criticamente tais fundamentos, evidenciando suas insuficiências e apontando a necessidade de sua superação. Adota-se abordagem qualitativa, com método hipotético-dedutivo, articulando revisão bibliográfica crítica e análise conceitual. Sustenta-se que a crise ambiental exige uma ruptura no pensamento contemporâneo, orientada à reconstrução da consciência como condição para reconfigurar a relação entre humanidade e natureza.

Palavras-chave: Consciência ambiental. Crise epistemológica. Educação ambiental. Mudanças climáticas. Sustentabilidade.

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santo Ângelo. Mestre em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santo Ângelo. Professor. Advogado. E-mail: wilianrodrigues12@hotmail.com;

² Pós-Doutorado em Geopolítica Ambiental Latino-americana, pela USACH - Universidade de Santiago do Chile (2018), Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2009), Mestrado em Direito pela UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul (2002), graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1998). Professor da UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul nos cursos de graduação em Direito, Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos PPGDH/UNIJUI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7919-6840>; E-mail: danielr@unijui.edu.br.

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUI




Educação nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI


UNIJUI
UNIVERSIDADE REGIONAL

ABSTRACT

The contemporary climate crisis does not merely express an ecological imbalance but reveals a deeper exhaustion: that of the modes of knowing that have sustained the separation between subject and nature. In this context, environmental education, often confined to informational and normative practices, proves incapable of producing significant shifts in collective consciousness. Thus, this research seeks to answer how the epistemological foundations structuring contemporary environmental education limit the formation of an environmental awareness capable of addressing the crisis. The objective is to critically analyze these foundations, exposing their insufficiencies and indicating the need for their overcoming. A qualitative approach is adopted, using the hypothetical-deductive method, articulated through critical bibliographic review and conceptual analysis. It is argued that the environmental crisis demands a rupture in contemporary thought, oriented toward reconstructing consciousness as a condition for reconfiguring the relationship between humanity and nature.

Key words: Environmental awareness. Environmental education. Epistemological crisis. Climate change. Sustainability.

INTRODUÇÃO

A intensificação dos eventos climáticos extremos e a progressiva deterioração dos ecossistemas colocam em evidência um cenário que ultrapassa a dimensão físico-ambiental e alcança o modo pelo qual a humanidade compreende sua própria existência no mundo. A problemática não se limita à gestão de recursos ou à insuficiência de instrumentos jurídicos e técnicos; revela, antes, um esgotamento das formas de conhecimento que historicamente sustentaram a dissociação entre ser humano e natureza. Nesse horizonte, a crise contemporânea assume contornos epistemológicos, pois expõe os limites de um paradigma que fragmenta a realidade, reduz o meio natural à condição de objeto e orienta a ação por uma racionalidade voltada à utilidade.

Nesse contexto, a educação ambiental, embora amplamente reconhecida como via de enfrentamento, desenvolve-se, em muitos casos, sob os mesmos pressupostos que contribuíram para a constituição do problema. Ao privilegiar abordagens informativas ou normativas, desprovidas de maior densidade reflexiva, tende a atuar na superfície das questões, sem alcançar os fundamentos que estruturam a relação entre conhecimento, percepção e ação. Como resultado, forma-se uma consciência ambiental limitada, incapaz de provocar alterações



consistentes na forma como os indivíduos compreendem e respondem às transformações em curso.

Nesse contexto, a pesquisa busca responder: de que forma os fundamentos epistemológicos da educação ambiental contemporânea limitam a formação de uma consciência ambiental apta a enfrentar a crise climática? O objetivo consiste em analisar criticamente tais fundamentos, evidenciando suas insuficiências e indicando a necessidade de sua superação, especialmente no que se refere à reconstrução da consciência ambiental em perspectiva integrada.

A justificativa do estudo reside na constatação de que as respostas atualmente mobilizadas mostram alcance restrito, não por ausência de informação ou de instrumentos técnicos, mas pela incapacidade de promover mudanças estruturais no modo de pensar e agir. Torna-se, assim, necessário deslocar a discussão para o plano epistemológico, reconhecendo que o enfrentamento da crise ambiental depende da revisão das bases que orientam a produção do conhecimento e a formação da consciência. Dessa forma, a investigação proposta contribui para o aprofundamento teórico da área e para a construção de caminhos mais coerentes com a complexidade do cenário contemporâneo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adota-se abordagem qualitativa, com base no método hipotético-dedutivo, orientado à análise crítica dos fundamentos epistemológicos da educação ambiental contemporânea. A investigação desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica de caráter crítico e análise conceitual, buscando identificar os limites das abordagens vigentes e examinar a necessidade de reconfiguração das bases que orientam a formação da consciência ambiental diante da crise climática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, a persistência e o agravamento da crise climática conduzem ao redirecionamento do debate ambiental, afastando-o de explicações centradas apenas na difusão



de informações ou na criação de instrumentos. Nesse horizonte, a educação ambiental, embora reconhecida como via de enfrentamento, demonstra alcance restrito na transformação da relação entre humanidade e natureza. Ademais, tal cenário exige deslocar a análise para o plano do conhecimento, uma vez que as formas de compreender o mundo orientam as respostas construídas diante da crise. Por conseguinte, parte-se da hipótese de que a educação ambiental contemporânea, ao se estruturar sobre bases que fragmentam a realidade e dissociam o ser humano do meio natural, tende a reproduzir os mesmos pressupostos que sustentam o problema, o que demanda a revisão de seus fundamentos.

Ademais, a análise da crise climática requer a superação de leituras que isolam a natureza como esfera autônoma, apartada da ação humana e de seus processos históricos. Nesse horizonte, torna-se necessário revisitar os fundamentos que orientam a compreensão do chamado Sistema Terra, sobretudo no que se refere ao lugar atribuído ao gênero humano em sua dinâmica. Tal deslocamento permite tensionar modelos explicativos que reduzem a complexidade da realidade e preservam a separação entre humanidade e natureza, abrindo espaço para uma leitura mais integrada e crítica:

“Será possível analisar a Terra sem dar destaque aos períodos marcados pela ascensão do gênero humano e por seu processo civilizador? Que importância merecem os últimos setenta milênios, às vezes taxados de ‘era da humanidade’, ou a última dezena de milênios ao longo da qual vem se dando o que chamamos de progresso? Mais precisamente: como discutir o Antropoceno no âmbito de um quadro teórico que considera a existência, dentro do chamado ‘Sistema Terra’, de apenas dois sistemas biogeofísicos que excluem o gênero humano? Não seria mais coerente considerar que são quatro em vez de dois?” (Veiga, 2019, p. 113).

Por conseguinte, a problematização proposta evidencia os limites de abordagens que mantêm o ser humano em posição externa à dinâmica terrestre, o que compromete a compreensão da crise em sua totalidade. Ao reinserir o gênero humano como elemento constitutivo do sistema, ocorre um deslocamento do eixo interpretativo para uma perspectiva de interdependência, na qual as transformações ambientais passam a ser compreendidas como resultado da relação contínua entre ação humana e processos naturais. Dessa forma, amplia-se o horizonte analítico e reforça-se a necessidade de revisão dos fundamentos que orientam tanto a produção do conhecimento quanto a formação da consciência no contexto contemporâneo.



Outrossim, a compreensão da crise ambiental requer reconhecer que os impactos observados não decorrem de ações isoladas, mas de uma racionalidade que orienta a produção e o consumo em escala global, marcada pela expansão contínua e pelo uso intensivo dos recursos naturais:

“De repente, a crise ecológica mostra os efeitos da racionalidade econômica sobre a degradação ambiental. A lei-limite do crescimento expressa-se na lei da entropia - a segunda lei da termodinâmica - que se manifesta nesse transbordamento das externalidades negativas da economia no aquecimento global do planeta” (Leff, 2010, p. 23).

Assim, a análise revela que a crise ambiental corresponde à manifestação de uma lógica que desconsidera os limites naturais, ampliando seus efeitos no tempo e no espaço. Tal constatação desloca o debate para além de respostas técnicas, indicando que a persistência do problema está vinculada à manutenção dessa racionalidade, o que restringe o alcance da educação ambiental quando desvinculada dessa dimensão.

Ademais, a compreensão do conhecimento exige reconhecer que sua produção não pode ocorrer de forma dissociada do sujeito que conhece, sob pena de resultar em uma leitura fragmentada e limitada da realidade. Nesse sentido, a integração entre o processo de conhecer, o sujeito e o próprio conhecimento revelam-se condição necessária para superar visões parciais, sendo igualmente indispensável a incorporação de práticas reflexivas, como o autoexame e a autocrítica, como elementos constitutivos de uma abordagem epistemológica mais abrangente (Morin, 2000).

Por outro lado, a permanência de abordagens compartimentalizadas, ancoradas em campos isolados do saber e orientadas por uma lógica utilitária, revela limites frente à complexidade da crise ambiental. Nesse horizonte, torna-se pertinente avançar para uma perspectiva que atravessasse fronteiras disciplinares e incorpore saberes produzidos em distintos contextos, especialmente aqueles oriundos das experiências locais e das dinâmicas sociais concretas. Tal articulação amplia a leitura da realidade ao reunir diferentes formas de compreensão, contribuindo para respostas mais alinhadas à multiplicidade de fatores que atravessam as emergências climáticas (Guimarães, 2004).

Nesse percurso, a racionalidade moderna, ao privilegiar a análise fragmentada e a separação entre sujeito e mundo, contribuiu para obscurecer a compreensão da interdependência



que sustenta a vida. Tal orientação favoreceu a consolidação de uma leitura utilitária do meio ambiente, tratada como fonte inesgotável de recursos e submetida a dinâmicas de exploração contínua. Ao afastar a percepção das relações complexas entre humanidade e ecossistemas, esse modo de compreender impulsionou práticas que intensificam a degradação ambiental e fragilizam os ciclos naturais, revelando limites significativos para a compreensão e o enfrentamento da crise contemporânea (Porto-Gonçalves, 2006).

Nesse encadeamento, a compartimentalização do saber, intensificada pela tradição moderna, favoreceu a consolidação de uma perspectiva que aparta o ser humano da natureza e legitima o uso intensivo dos recursos naturais. Tal orientação coloca a humanidade no centro das relações ecológicas e atribui ao meio ambiente função predominantemente instrumental, vinculada às demandas produtivas. Ao desconsiderar a relevância da biodiversidade e das interações que sustentam os ecossistemas, essa forma de compreensão contribui para a desvalorização dos processos naturais que garantem o equilíbrio ambiental e a continuidade da vida, evidenciando limites expressivos para o enfrentamento das transformações em curso (Porto-Gonçalves, 2006).

Nesse percurso, a crítica à fragmentação do conhecimento conduz à compreensão de que os limites identificados não se restringem ao plano teórico, mas alcançam diretamente os modos de ensinar e aprender. A permanência de estruturas educativas que reproduzem a compartimentalização do saber dificulta a apreensão da complexidade das relações que constituem a realidade, o que restringe a formação de uma consciência capaz de articular diferentes dimensões do mundo contemporâneo. Diante disso, torna-se necessário avançar para uma perspectiva que reconheça a interdependência como elemento central na produção do conhecimento:

“Para acabar, eu dizia que, por esta razão, precisamos de uma mudança, de uma reforma do pensamento que necessita, evidentemente, de uma reforma do ensino. Há uma inteira dependência e nesta interdependência nos tornamos, também, a possibilidade de relacionar as partes ao todo e o todo a nós. O planeta Terra é o pólo deste processo que chamamos globalização, de interação de toda parte” (Morin, 2010, p. 33).

A partir dessa compreensão, a educação ambiental adquire novo contorno, passando a ser concebida como espaço de construção de um pensamento capaz de integrar diferentes níveis



de realidade. Tal orientação permite ampliar a percepção das relações entre humanidade e natureza, fortalecendo uma consciência mais sensível à complexidade dos processos em curso e mais apta a responder aos desafios colocados pela crise climática.

Na esteira dessa reflexão, as respostas às crises ambientais passam a depender da articulação entre diferentes domínios do saber. O diálogo entre ciências sociais e naturais, aliado à interlocução com a filosofia, sustenta um paradigma orientado pela complexidade, no qual soluções fragmentadas mostram alcance limitado. Nesse horizonte, a compreensão da realidade decorre da integração de dimensões físicas, biológicas, antropológicas e sociais em um mesmo campo analítico, ampliando as possibilidades de enfrentamento das transformações em curso (Morin, 2000).

Nesse contexto, a educação ambiental consolidou-se historicamente como instrumento voltado à formação de comportamentos e à difusão de conhecimentos relacionados à preservação do meio ambiente. Tal orientação, embora relevante, revela limitações quando observada diante da complexidade da crise contemporânea:

“A educação é elemento indispensável para a formação de uma consciência ambiental. O processo educativo é visto como uma possibilidade de transformação da sociedade, tendo como objetivo a formação crítica dos indivíduos. Porém, não se pode deixar de considerar seus limites para enfrentar a atual crise planetária” (Carvalho, 2006).

Todavia, essa compreensão, embora reconheça o papel formativo da educação, não alcança o nível das estruturas que condicionam a forma de compreender o mundo. Ao permanecer vinculada a uma lógica predominantemente informativa, tende a atuar na superfície do problema, sem incidir sobre os fundamentos que sustentam a crise. Desse modo, torna-se necessário reposicionar a educação ambiental, deslocando-a de um modelo centrado na difusão de conteúdo para uma perspectiva orientada à formação de uma consciência capaz de apreender a complexidade das relações entre humanidade e natureza.

Nesse percurso, a análise evidencia que os limites observados não se restringem a aspectos pontuais, mas atravessam o próprio modo de compreender e organizar a relação entre humanidade e natureza. A permanência de leituras fragmentadas, aliada à reprodução de práticas educativas alinhadas a essa lógica, indica a necessidade de aprofundar o debate em torno dos fundamentos que orientam tanto a produção do conhecimento quanto a formação da consciência.



A partir desse cenário, abre-se espaço para refletir sobre os caminhos possíveis diante das tensões que marcam o tempo presente, o que conduz às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso desenvolvido, torna-se possível perceber que a crise climática não se esgota naquilo que se vê. Seus efeitos, por mais severos que sejam, apenas revelam uma desordem mais profunda, instalada no modo como a realidade passou a ser compreendida. Ao tensionar os fundamentos que sustentam a educação ambiental contemporânea, o estudo evidenciou que o problema não reside na ausência de informação, mas na forma como o conhecimento tem sido produzido, organizado e transmitido. É nesse ponto que a crise ganha densidade: ela não apenas atinge o mundo, mas atravessa o próprio pensamento que busca explicá-la.

Nesse cenário, a educação ambiental, embora consolidada como campo de atuação, revela limites quando permanece circunscrita à transmissão de conteúdo ou à orientação de comportamentos. O que se observa não é a falta de iniciativas, mas a repetição de uma lógica que atua na superfície das questões, sem alcançar aquilo que estrutura a relação entre conhecer e agir. Assim, a permanência de respostas insuficientes não decorre da inércia, mas da dificuldade de romper com um modo de pensar que fragmenta, simplifica e, por isso mesmo, não alcança a complexidade do que está em jogo.

Em conclusão, o que se coloca não é apenas a necessidade de aprimorar práticas educativas, mas de deslocar o próprio lugar a partir do qual se pensa a educação ambiental. Formar consciência, nesse contexto, ultrapassa a ideia de informar ou sensibilizar; envolve abrir espaço para uma compreensão que reconheça as conexões que sustentam a vida e reposicione o ser humano dentro delas. É nesse movimento, mais silencioso do que imediato, que se encontram as possibilidades de enfrentar a crise não apenas como um problema a ser resolvido, mas como um chamado à revisão das formas de pensar que, até aqui, orientaram a relação entre humanidade e natureza.



REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. M. A. **A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens.** In: CINQUETTI, H. S.; LOGAREZZI, A. Consumo e resíduos – Fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica: identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 6 ed. (Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VEIGA, Jose Eli da. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra.** 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.